

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o

Correio Braziliense

[Título: Meirelles entra no jogo](#)..... 12

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Para Brasil, relação mais fácil com Marito.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Nem por decreto.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Empresas regulam doações eleitorais de funcionários	4
Título: Distribuidoras da Eletrobrás pagam o triplo do salário da iniciativa privada.....	5
Título: Projetos pedem estabilidade de servidor	6
Título: O mineroduto de problemas da Anglo	8
Título: Vazamentos de mineroduto deixam moradores sem água e trabalho em MG	10
Título: Preço do minério também atrapalhou projeto da Anglo	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Meirelles entra no jogo.....	12
Título: Campanha paralela à de Temer	14
Título: Choque no bolso	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: O Mundo****Autor: Eliane Oliveira****Título: Para Brasil, relação mais fácil com Marito**

Efraín Alegre quer rever contrato de Itaipu, mas Brasília só concordaria com ajustes a partir de 2023

-Brasília- O governo brasileiro acompanha com atenção as eleições presidenciais paraguaias. A avaliação é que, se vencer Mario Abdo, do Partido Colorado, as relações continuarão como estão, sem atropelos, uma vez que a expectativa é que seu governo seja a continuidade do de Horácio Cartes. Já na hipótese de vitória de Efraín Alegre, espera-se algum tipo de polêmica, especialmente em relação à Usina de Itaipu.

Alegre quer revisar os contratos de cessão de energia de Itaipu, caso vença, tentando receber mais de US\$ 120 milhões em compensação. O dinheiro seria empregado para gerar 80 mil postos de trabalho por ano, investindo em obras, disse.

Mas, segundo fontes do governo brasileiro, ambos os candidatos já têm ciência de que não existe a menor disposição do Brasil em rever o tratado binacional, por duas razões: todo o setor elétrico está sendo revisto, com o processo de privatização da Eletrobrás; e qualquer tipo de ajuste só será feito a partir de 2023, quando a empresa terá quitado sua dívida com o Tesouro Nacional e a Eletrobrás.

Os interesses comuns incluem, ainda, os brasiguaios (brasileiros e descendentes em territórios paraguaios que não têm, entre outras coisas, a titularidade das terras) e o contrabando. No primeiro caso, a questão, pelo menos por agora, estaria apaziguada. Na questão do contrabando, os dois países têm tomado medidas para minimizar a evasão de divisas, informam técnicos.

Mas essa estabilidade nas relações bilaterais foi abalada há cerca de cinco anos, quando o então presidente Fernando Lugo foi destituído pelo Congresso. O Brasil e os demais países da região suspenderam o Paraguai do Mercosul e da

União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O Paraguai só voltou após as eleições, com a vitória de Cartes.

No comércio bilateral, o Brasil teve um superávit de US\$ 1,512 bilhão com o Paraguai em 2017. Esse resultado é motivo de reclamação dos paraguaios, que querem um intercâmbio mais equilibrado. O Brasil comprou, principalmente, fios para velas de ignição para veículos, milho, carnes, arroz e soja. Já o Paraguai importou adubos e fertilizantes, cerveja, fumo, automóveis, entre outros.

Um ponto positivo nas relações será a construção de uma ponte ligando Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, a Carmelo Peralta. Cada país entrará com metade do valor da obra. O acordo foi assinado no fim do ano passado e aprovado no último dia 17 pelo Congresso brasileiro. A rápida tramitação no Legislativo foi celebrada por Assunção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bruno Boghossian

Título: Nem por decreto

“É fácil bater no Michel Temer.” A frase que o presidente decidiu levar à TV na sexta (20) soa como o slogan de sua resignação diante dos pífios índices de aprovação que ostenta. Essas palavras traduzem também -e com simplicidade- as principais causas da paralisia que se observa no Congresso e da lentidão da retomada da economia.

A impopularidade de Temer se sedimentou na entrada do ano eleitoral, dispersou ainda mais a base parlamentar do governo e praticamente eliminou as chances de avanço de pautas como a privatização da Eletrobrás e a reforma tributária.

Na largada de uma campanha que será marcada pela rejeição à política tradicional, deputados e senadores preferem limitar seus pontos de contato com um presidente cuja imagem pode ser tóxica.

O principal símbolo dessa debandada foi o placar obtido pelo MDB na recente temporada de trocas partidárias. A sigla do presidente caiu de 65 deputados para 51 -maior redução entre as legendas da Câmara.

Sem apoio, o Planalto foi obrigado a absorver derrotas nas últimas semanas. Viu sua coalizão derrubar o veto ao refinanciamento de dívidas de microempresas, foi vencido por uma obstrução da base aliada na votação do cadastro positivo e ficou obrigado a colocar em marcha lenta a capitalização da Eletrobrás.

Com o acúmulo de reveses, parlamentares zombavam de Temer ao dizer que ele só teria poder para governar por decreto -instrumento que, via de regra, dispensa aval do Congresso. Ainda assim, o texto que o presidente assinou para abrir estudos para a privatização da Eletrobrás foi considerado um fracasso, pois fica condicionado à aprovação de uma lei na Câmara e no Senado.

Fragilizado, Temer terá dificuldades para provar que seu governo não terminou prematuramente. Será ainda mais difícil convencer o mundo político de que sua candidatura à reeleição é coisa séria. Em geral, o poder presidencial funciona como fator de atração, mas, de fato, é mais fácil bater no Michel Temer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor:

Título: Empresas regulam doações eleitorais de funcionários

Após escândalos envolvendo financiamento de campanhas políticas, instituições adotam códigos de conduta para esse tipo de repasse
Isadora Peron

Na primeira eleição geral que contará só com financiamento de pessoas físicas e recursos públicos, as principais empresas do País têm orientado seus executivos e funcionários a não vincularem eventuais doações a candidatos às companhias onde trabalham. Há casos de empresas que chegaram a proibir esse tipo de repasse até mesmo por parentes de seus empregados. O veto à participação no processo de financiamento de campanha partiu principalmente de companhias que se envolveram na Operação Lava Jato, e que tiveram seus ex-presidentes presos, como as empreiteiras OAS e UTC e o banco BTG Pactual. A OAS é a que adota o posicionamento mais rígido entre as empresas pesquisadas pelo Estado ao recomendar que seus colaboradores “não realizem doações político-partidárias em nome próprio, nem por meio de seus respectivos cônjuges e parentes de 1.º grau”. Em nota, a construtora afirmou que a medida pretende evitar que uma possível doação seja atribuída à empresa.

Em 2014, a OAS foi uma das dez maiores doadoras de campanhas eleitorais – quase R\$ 83 milhões. A UTC registra em seu código de conduta que fornecedores e colaboradores “não devem aceitar pedidos financeiros, pleitos, provocar ou sugerir qualquer tipo de ajuda financeira, pagamento de ‘taxa de urgência’, gratificação, prêmio, comissão, doação, presente ou vantagem pessoal” a empresas públicas ou candidatos. O BTG Pactual, por sua vez, estabeleceu que seus diretores e sócios “não estão autorizados a fazer qualquer tipo de doação eleitoral”. Outra empresa que adotou essa determinação foi o Itaú Unibanco, apesar de não estar citada na Lava Jato.

A instituição vetou a “contribuição por administradores e respectivos cônjuges para partidos e campanhas políticas em anos eleitorais”. Ao todo, o Estado procurou 35 empresas e recebeu respostas de 15 delas – responsáveis por R\$ 1,042 bilhão em doações eleitorais em 2014, um terço do total. De maneira geral, as empresas consultadas afirmaram que não irão proibir seus funcionários de fazerem doações a políticos, mas recomendam que fique explícito que essas contribuições são independentes. Esse será o caso da empresa JBS, campeã de doações em 2014 e epicentro do escândalo que resultou em duas denúncias contra o presidente Michel Temer.

“A JBS respeita a legislação e o direito de seus colaboradores participarem do processo político”, diz a empresa. “Mas eventuais doações devem ser caráter estritamente pessoal, sem a intenção de obter vantagens ou benefícios.” Mesmo protagonistas da Lava Jato, como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, também liberaram seus funcionários a fazerem doações, com a ressalva de que “não devem relacionar de forma alguma as contribuições ou opiniões políticas à empresa”. Ambev e Bradesco, Banco do Brasil, Petrobrás e Eletrobrás também vão adotar a mesma política.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Anne Warthj -Brasília

Título: Distribuidoras da Eletrobrás pagam o triplo do salário da iniciativa privada

Energia. Remuneração média dos funcionários das seis subsidiárias que o governo quer privatizar é de R\$ 11,7 mil, enquanto a concorrente Neoenergia paga R\$ 4,3 mil; no ano passado, empresas de distribuição da estatal tiveram prejuízo de R\$ 4,2 bilhões

Mesmo com prejuízo de R\$ 4,2 bilhões em 2017, as distribuidoras da Eletrobrás pagam salários médios quase três vezes maiores que os praticados pela iniciativa privada. De acordo com informações de laudos do BNDES, responsável pelo modelo de privatização das empresas, o salário médio dos funcionários é de R\$ 11,7 mil.

No caso das distribuidoras do Amazonas e de Roraima, a remuneração média é ainda maior. A Amazonas Energia, a que dá mais prejuízo, paga o maior salário médio, de R\$ 15,5 mil. A distribuidora de Roraima, a mais ineficiente do Brasil, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), paga, em média, R\$ 15 mil.

O salário médio da Neonergia, uma das maiores concorrentes da Eletrobrás no País, é de R\$ 4,3 mil. Assim como a estatal, a Neoenergia atua nos setores de geração, transmissão e comercialização de energia. A empresa também é dona das distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, que atuam na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente, e da Elektro, que atua em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A privatização das distribuidoras da Eletrobrás está sendo acompanhada como prévia das dificuldades que o governo terá para a venda da estatal. A União vai ter que adiar o leilão - inicialmente marcado para 21 de maio - porque o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda não concluiu a análise do edital. Foi estipulado preço simbólico de R\$ 50 mil para cada uma, mas os vencedores terão de fazer R\$ 2,4 bilhões em investimentos imediatos nas concessões.

Como o Estado revelou na semana passada, as seis distribuidoras consumiram, em quase dois anos, R\$ 3,750 bilhões em recursos dos consumidores, de acordo com a Aneel. Cada mês que as empresas permanecem sem ser privatizadas consome mais R\$ 202 milhões. Juntas, elas empregam 6,3 mil trabalhadores, sendo a maior parte com ensino médio completo.

O salário médio inclui remuneração fixa, variável, benefícios e extras, como adicional de periculosidade. A maioria dos empregados dessas distribuidoras ingressou por meio de concurso público.

O coordenador do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Fernando Pereira, diz que o salário médio das distribuidoras da Eletrobrás é elevado devi* do à quantidade de engenheiros que atuam nas companhias.

Além disso, segundo ele, empregados com salários mais altos entraram por meio de concursos públicos estaduais e incorporaram gratificações.

Segundo ele, os salários iniciais pagos pelas distribuidoras não diferem tanto dos pagos por empresas privadas. O salário inicial nas distribuidoras da Eletrobrás é de R\$ 3 mil a R\$ 3,5 mil enquanto nas distribuidoras privadas do Norte e Nordeste é de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Anne Warthj - Brasília

Título: Projetos pedem estabilidade de servidor

Funcionários das distribuidoras da Eletrobrás buscam apoio de parlamentares para não serem demitidos após privatização das empresas

Com as distribuidoras da Eletrobrás prestes a serem privatizadas, os funcionários dessas subsidiárias recorreram a parlamentares para não serem demitidos mesmo após o leilão que vai repassar as unidades para a iniciativa privada. Os servidores querem emplacar o benefício da estabilidade no texto da Medida Provisória que destrava a venda dessas companhias, prevista para ocorrer até 31 de julho.

Alguns deputados pedem estabilidade, por cinco anos, para 70% dos empregados que estão nas distribuidoras hoje. Além disso, querem a manutenção de 90% dos cargos pelo mesmo período e a realocação dos funcionários em outras estatais.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, se posicionou contra essas e outras emendas que "buscam impedir ou inviabilizar o processo de licitação para contratação de novo concessionário". Em ofício enviado ao deputado Júlio Lopes (PP-RJ), relator da MP, Rufino deixa claro que a situação das distribuidoras é insustentável no médio e longo prazo.

O diretor afirma que essas empresas "estão entre as distribuidoras com pior qualidade". As companhias também têm os maiores níveis de perdas não técnicas, que incluem fraudes e furtos - os chamados "gatos" - e o nível de custos operacionais está entre os mais elevados. Isso "minou a capacidade de investimentos das distribuidoras" e gerou "vultosos prejuízos acumulados".

Caso as distribuidoras não sejam licitadas até 31 de julho deste ano, elas serão liquidadas. Nesse caso, a Aneel vai licitar apenas as concessões, ou seja, o direito de explorar o serviço de distribuição de energia. Já as empresas, a quem se vinculam as dívidas e os empregados, perdem a razão social e serão extintas pela Eletrobrás.

Tarifaço. No ofício, Rufino também se posiciona contra emendas que podem levar a aumentos tarifários para o consumidor. Uma emenda reajusta o preço do gás usado por térmicas do Programa Prioritário de Termoelétricas (PPT), cujos contratos foram fechados na época do racionamento de energia, em 2001. Isso aumentaria a conta para o consumidor em R\$ 2,11 bilhões por ano. Para a Aneel, qualquer mudança nos contratos, firmados entre a Petrobrás e empresas privadas como Enel, Neoenergia e EDF, devem ser acordados e bancados pelas próprias empresas.

De acordo com o ofício, com esses mesmos recursos seria possível construir novas usinas eólicas, com potência de 400 MW, o que atenderia a 2,1 milhões de habitantes, população de Curitiba (PR).

O deputado Júlio Lopes (PP-RJ) disse que o ofício de Rufino será levado em conta na conclusão do relatório da MP 814, previsto para ser apresentado nesta semana. Mas ele afirmou discordar de algumas das conclusões apresentadas pelo diretor-geral. Segundo ele, o custo do reajuste do gás fornecido pela Petrobrás às termoeletricas é menor, de R\$ 800 milhões.

"Eu não seria louco de propor um aumento tarifário em ano eleitoral. Só vamos apresentar aquilo que contribuir com a modicidade tarifária e a eficiência do setor. Claro que algumas áreas terão que ser oneradas e outras desoneradas", disse.

Outras emendas repassam o custo do gasoduto Urucu-Manaus, mesmo no período em que ele não foi utilizado para geração de energia. O imbróglio chegou à Justiça e opôs Aneel e Eletrobrás, que fechou os contratos com a Petrobrás. Neste caso, o valor a ser repassado para o consumidor seria de R\$ 2 bilhões por ano até 2030.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Humberto Maia Junior - Especial Para O Estado E Leonardo Augusto / Estadão

Título: O mineroduto de problemas da Anglo

Marcado por estouro de prazo e orçamento, projeto Minas-Rio enfrenta agora suspensão de atividades e multas por vazamento de minério

Em 25 de outubro de 2014 um navio deixou o Porto de Açu, no Rio, rumo ao porto de Zhanjian no Sul da China, onde chegaria oito semanas depois com cerca de 80 mil toneladas de minério de ferro. Era o início das operações do Minas-Rio, o grandioso projeto da mineradora Anglo American para extração de minério de ferro em Minas Gerais e transporte para o porto fluminense via um mineroduto de 525 quilômetros, que o colocava como o maior do mundo.

Para os investidores da Anglo, o embarque era a esperança de que os problemas que tinham provocado estouros no orçamento, atrasos no cronograma e a demissão da presidente global da empresa, Cynthia Carroll, por "diferenças de opinião" com acionistas, tinham chegado ao fim. O pesadelo, no entanto, estava longe de terminar. O Minas-Rio acumulou prejuízo atrás de prejuízo e perdeu US\$ 11,3 bilhões em valor de mercado, sendo avaliado em US\$ 4,2 bilhões no fim de 2017. Depois de fechar o ano passado pela primeira vez no azul, 2018 começou e, em vez da confirmação da recuperação, vieram novos problemas.

Às 7h42 do dia 12 de março, técnicos da Anglo identificaram um vazamento no mineroduto em Santo Antônio do Grama, cidade de 4 mil habitantes a 230 km de Belo Horizonte. Até o fim daquele dia, segundo a empresa, 95% do vazamento seria contido.

Mas os estragos estavam feitos. Cerca de 300 toneladas de uma mistura formada por minério de ferro com água contaminaram um córrego da região, prejudicando o abastecimento de água para os moradores. No dia 27, o mineroduto foi reaberto. Dois dias depois, às 18h55, novo vazamento é identificado, despejando quase 650 toneladas de material. Em resposta ao segundo incidente, a Anglo anunciou a paralisação das atividades por 90 dias. Órgãos ambientais aplicaram multas que, somadas, chegam a R\$ 200 milhões.

Prejuízo. O impacto da paralisação não será pequeno. Especialistas no setor dizem que a interrupção das atividades vai prejudicar os resultados da empresa. Segundo cálculos da Tendências Consultoria, 10 milhões de toneladas de minério de ferro deixarão de ser produzidas. Para dar uma ideia do prejuízo, no ano passado o Minas-Rio produziu 16,8 milhões de toneladas de minério de ferro. "O vazamento compromete os resultados da empresa e a retomada da produção será gradual", diz Yasmin Freitas, analista de mineração da Tendências.

Ruben Fernandes, presidente da Anglo American no Brasil, diz que o trabalho agora é investigar o que provocou os vazamentos e impedir novos acidentes. "Queremos concluir os trabalhos o quanto antes para ter de volta a licença de operação."

Depois disso, o foco será iniciar a Fase 3 do projeto Minas-Rio, que vai permitir explorar outras regiões da mina. As primeiras licenças ambientais para isso foram obtidas em janeiro. "Com ela, teremos no mínimo 15 anos de operação com capacidade de produzir 26,5 milhões de toneladas de minério a partir de 2020", diz Fernandes.

Qualquer previsão a respeito do Minas-Rio, porém, é no mínimo uma tarefa arriscada. Desde que foi comprado em 2007 da MMX, uma das empresas de Eike Batista, o Minas-Rio sofre com toda série de imprevistos que resultaram em muitos atrasos. A expectativa inicial era que as primeiras toneladas de minério de ferro das minas de Itapanhoacanga e Serra do Sapo fossem exportadas no fim de 2010. O comando da empresa, porém, não previa as dificuldades para obtenção das licenças exigidas para um projeto desse porte. No fim do ano seguinte, o novo cronograma admitia de 12 a 15 meses de atraso em razão da burocracia na obtenção de licenças, além de dificuldades na negociação com os donos das terras que precisavam ser desapropriadas para a construção do mineroduto. Só em 2009 foram obtidas 21 licenças diferentes.

Obstáculos. Ao longo da obra, a Anglo teve de enfrentar danos causados pelas chuvas, aumento dos custos da obra e resistência de moradores das áreas afetadas. "Os impactos da instalação do mineroduto foram grandes e geraram diversas reclamações dos moradores", diz o promotor Marcelo Mata Machado, do Ministério Público de Minas Gerais, que acompanha o projeto.

Como resultado de tantas adversidades, os ativos da Minas-Rio foram perdendo valor de mercado e, no fim do ano passado, acumulavam perda de US\$ 11,3 bilhões, registrada por auditores no balanço da empresa. Fernandes diz que essa baixa é temporária. "Quando o projeto atingir a capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas, o valor vai subir muito."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Leonardo Augusto

Título: Vazamentos de mineroduto deixam moradores sem água e trabalho em MG

A população diz que a distribuição de água por caminhões pipa, organizada pela mineradora, só começou dois dias depois do vazamento do minério

Depois do primeiro estouro do mineroduto, um outro ponto de captação de água foi montado para abastecimento da cidade

Morador da zona rural de Santo Antônio do Grama, na Zona da Mata em Minas, o produtor rural Antônio Pereira de Aciprest, de 53 anos, foi um dos atingidos pelo vazamento do mineroduto da empresa Anglo American, que corta o município. Antônio trabalhava com criação de gado em área de 15 hectares que possui a 10 km da cidade. Do outro lado da estrada que serve sua propriedade, passa o mineroduto. No segundo dos dois vazamentos de minério de ferro que ocorreram na estrutura, nos dias 12 e 29 do mês passado, pelo menos a metade de sua área recebeu uma verdadeira "chuva" de minério de ferro.

"Dizem que eu só poderei voltar a mexer lá daqui a um ano e meio", diz o trabalhador, que iniciou negociações com a empresa para ser indenizado. "Estou desanimado. A firma é muito rica e eu sou pobre. Vamos ver o que acontece", afirma. Na área atingida não havia construções, mas pasto para o gado. No momento do estouro, o produtor rural, que mora com a mulher e dois filhos em um terreno do pai, também na região, tinha na área 14 cabeças de gado, que conseguiu salvar.

O vazamento do minério da Anglo American que deixou Antônio sem trabalho atingiu também o ribeirão Santo Antônio do Grama, responsável pelo abastecimento de água da cidade, que tem cerca de cinco mil habitantes.

Depois do primeiro vazamento, moradores relatam ter ficado uma semana sem água nas caixas.

A população diz ainda que a distribuição de água por caminhões pipa, organizada pela mineradora, só começou dois dias depois do vazamento do minério. "Ficar dois dias sem água pra tomar banho e até para fazer comida? Foi muito ruim", relata o servente de pedreiro Marcio Célio Maia, de 33 anos, que tem uma filha e mora com o irmão. O que "salvou", segundo ele, foi uma bica d'água que existe na área urbana do município. "Era o dia inteiro transportando água em garrafas de dois litros, só pra fazer comida e café. Para tomar banho, não dava", conta Maria das Graças Flores Reis.

Depois do primeiro estouro do mineroduto, um outro ponto de captação de água foi montado para abastecimento da cidade. Com isso, no segundo vazamento, o fornecimento não foi prejudicado. Essa é a captação que vem garantindo água na cidade hoje.

Sobre a indenização aos moradores, a Anglo American afirma que "não comenta sobre negociações individuais". Em relação à falta d'água ocorrida na cidade, por causa do primeiro vazamento, a empresa disse que "a captação de água em Santo Antônio do Gramma foi interrompida no dia 12 e que a população passou a ser atendida com caminhões-pipa e galões de água mineral". Segundo a empresa, já foi concluída a construção de uma nova adutora, "garantindo uma segunda opção de fornecimento de água para a cidade de forma permanente".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do minério também atrapalhou projeto da Anglo

A viabilidade do projeto Minas-Rio, da Anglo American, foi posta em xeque logo depois da inauguração - feita quatro anos depois do prazo inicial e ao custo de US\$ 8,4 bilhões, mais que o dobro dos US\$ 3,46 bilhões inicialmente previstos. De 2011 a 2015, o preço do minério de ferro no mercado internacional caiu de US\$ 168 para US\$ 56,50 a tonelada. A queda refletiu a diminuição do ritmo de crescimento da China, maior consumidora global de commodities.

O preço médio do minério produzido pela Minas-Rio era ainda menor: US\$ 57 em 2014 e US\$ 41 no ano seguinte. Para piorar a situação, a qualidade do minério se mostrava inferior ao que era esperado - como ressaltam relatórios de resultados divulgados pela matriz. Isso reduziu o ritmo de crescimento esperado para a produção. No ano passado, o Minas-Rio produziu 16,8 milhões de toneladas, menos do que o inicialmente previsto, que foram vendidos ao

preço médio de US\$ 65 a tonelada - menos do que a média do mercado, de US\$ 71. Ao "Estado", a empresa afirmou que "a redução da produção no ano passado foi prevista e planejada em função da diminuição do ritmo de lavra da Etapa 2, cujo minério já estava se esgotando e tinha menos qualidade".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel e Hamilton Ferrari

Título: Meirelles entra no jogo

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles pretende dar a largada na campanha da pré-candidatura para a Presidência da República pelo MDB a partir desta semana. Hoje está previsto para entrar no ar um novo site com a agenda dos compromissos de Meirelles, que conclui a montagem da equipe para pôr o pé na estrada e partir para o corpo a corpo com os eleitores. De acordo com pessoas próximas, ele reservou R\$ 5 milhões do patrimônio pessoal para custear a equipe e a campanha. No entanto, Meirelles não confirma esse montante. "Ainda estou calculando. Estou na fase das conversas", afirma ele, em entrevista ao Correio por telefone durante uma viagem ao exterior.

O ex-ministro conta que, quando retornar ao país, definirá os nomes, inclusive do marqueteiro da campanha. Alguns publicitários foram cogitados, como Duda Mendonça, responsável pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e Chico Mendez, que fez as campanhas do candidato centro direitista Henrique Capriles para a Presidência da Venezuela em 2012, do ex-governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral e do ex-prefeito do Rio Eduardo Paes. Meirelles, no entanto, prefere manter segredo sobre as conversas.

Ele escolheu a equipe de imprensa, por exemplo. "Os demais, definirei no início da próxima semana", avisa, acrescentando que está em conversas com outros dois funcionários do gabinete da Fazenda para assessorá-lo no dia a dia do escritório. O quartel-general da pré-candidatura já está definido e será em Brasília. O MDB cedeu um escritório para Meirelles e seus auxiliares trabalharem na sede do partido e da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), em uma mansão de dois andares no Lago Sul. A partir do dia 23, o ex-ministro ocupará uma sala ao lado da presidência do MDB, que era do novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e atual presidente da FUG. A montagem e a instalação de computadores e telefones de Meirelles e dos assistentes, no segundo andar da mansão, onde há quatro escritórios voltados para a rua, foi concluída na semana passada.

Trajetória

Apesar de aparecer com apenas 1% nas pesquisas de intenção de voto mais recentes, mesmo com a eventual saída do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Meirelles demonstra confiança de que esse cenário poderá ser revertido quando as campanhas começarem efetivamente. “A pré-campanha está em uma fase muito preliminar e os nomes mais conhecidos são mencionados nas pesquisas com mais frequência. Mas esta eleição ainda está em aberto e o quadro deverá ser revertido na medida em que eleitores tenham conhecimento do histórico dos diversos candidatos”, afirma.

A campanha de Meirelles será tocada em paralelo à do presidente Michel Temer, que, apesar da rejeição de 70% e da ameaça de uma terceira denúncia de corrupção da Procuradoria-Geral da República (PGR), não descartou a possibilidade de concorrer, o que, para analistas, é uma forma de mostrar que o MDB está na disputa para a presidência e, assim, facilita as alianças.

Natural de Anápolis (GO) e formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), Meirelles tem uma trajetória de sucesso no setor privado, pois chegou a ser o presidente mundial do Bank Boston, um dos maiores bancos norte-americanos à época. Em 2002, foi o deputado federal mais votado de Goiás, com mais de 183 mil votos, mas abandonou o mandato para aceitar o convite do então recém-eleito presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para presidir o Banco Central, cargo que ocupou durante os oito anos do mandato do petista.

Entre seus auxiliares, Meirelles é visto como um profissional pragmático e dedicado. Era comum ele mandar aos subordinados mensagens via WhatsApp às 23h da noite ou às 7h da manhã. “Tinha um ritmo de trabalho que nenhum de nós conseguia acompanhar”, revela uma fonte próxima. Ela confessa que se impressionou com a forma que Meirelles trabalhava, pois, quando não havia consenso após 20 ou 30 minutos de discussões, ele tomava para si a decisão. “É muito bom ver isso em um gestor no setor público”, destaca.

Quando retornou a Brasília, em 2016, para assumir a Fazenda a convite de Michel Temer, voltou a morar na mesma casa que alugou quando foi presidente do Banco Central, no Lago Sul, onde viveu entre 2003 e 2011. Entre os vizinhos, Meirelles é visto como reservado, ocupado e simpático, pois cumprimenta a todos.

O ex-ministro está confiante na campanha e aposta em sua trajetória de sucesso para superar os demais pré-candidatos. Para ele, a população, aos poucos, começará a diferenciar os que têm discurso fácil e bombástico dos que entregam resultados. Meirelles utiliza as redes com regularidade. No Twitter, onde tem pouco mais de 44 mil seguidores, reforça os bons resultados da

economia após a gestão de Dilma Rousseff, que mergulhou o país em uma recessão por dois anos.

Na última sexta-feira, tuitou sobre os últimos dados do Cadastro-Geral de Empregos (Caged), do Ministério do Trabalho, que mostraram a abertura de 56,1 mil vagas em março. “Na crise criada pelo governo anterior, nos anos de 2015 e 2016, foram destruídos 2,8 milhões de empregos no Brasil. Agora, apenas nos três primeiros meses de 2018, já estamos com um saldo positivo de mais de 204 mil vagas”, afirma.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel e Hamilton Ferrari

Título: Campanha paralela à de Temer

A campanha da pré-candidatura de Henrique Meirelles no MDB será tocada em paralelo à do presidente Michel Temer.

Para o diretor-geral para as Américas do Eurasia Group, Christopher Garman, tanto Temer quanto Meirelles têm pouquíssimas chances de serem competitivos na corrida eleitoral devido à taxa de aprovação do governo ser muito baixa, de apenas 9%. “Para um candidato à Presidência começar a ser competitivo, ele tem que ter uma taxa de aprovação de mais de 30% e, para fazer um sucessor, de mais de 40%”, explica.

Especialistas reforçam que a campanha deste ano será totalmente diferente das demais porque será muito mais curta e o fato de os partidos de centro ainda não terem um candidato forte nas pesquisas pode comprometer as chances de eles terem uma vaga no segundo turno. O tempo de TV não será tão decisivo como antes, como aposta o governo, que é quem deve ter mais minutos no ar. “O tempo de TV é importante, mas está sem parâmetro e não será tão decisivo como sempre foi. Tem muita coisa acontecendo na internet”, destaca a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni e Andressa Paulino

Título: Choque no bolso

Com lugar cativo nas despesas das famílias, a fatura de energia elétrica compromete cada vez mais o orçamento dos brasileiros, porque sobe acima da

inflação há décadas. De 1995 até o ano passado, aponta estudo do Instituto Ilumina, a tarifa média praticada no país aumentou 50% mais do que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Não à toa, o Brasil tem o quinto megawatt/hora (MWh) mais caro do mundo, de quase US\$ 243. E as perspectivas não são boas. A privatização da Eletrobrás e a proposta do governo para solucionar o impasse das garantias das usinas hidrelétricas têm potencial para aumentar ainda mais a conta de luz nos próximos anos, segundo analistas.

O diretor do Instituto Ilumina, Roberto Pereira D'Araújo, explica que a alta acima da inflação é até maior, porque o cálculo da instituição é feito pela tarifa média, e os valores subsidiados para consumidores de baixa renda e do programa Luz para Todos puxam o resultado para baixo. "Para a indústria, a alta foi 130% acima do IPCA", revela. Isso ocorre, esclarece D'Araújo, por conta de uma série de custos que foram incluídos na fatura ao longo dos anos.

A obrigatoriedade de contratação de energia de reserva, a criação de taxas para manter órgãos de fiscalização, operação e comercialização, acúmulo de encargos setoriais e subsídios inflaram a fatura ao longo de décadas. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, ressalta que, apenas em 2018, os subsídios dentro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que abrange a maior parte dos encargos setoriais, somam R\$ 18 bilhões. "O problema é que entram na conta e não saem mais, quando deveriam ser temporários", diz.

São descontos concedidos para consumidores de baixa renda, para o desenvolvimento de fontes renováveis, para regiões remotas que não estão no Sistema Interligado Nacional (SIN). A lista é grande. "As eólicas têm subsídios, mas já praticam um preço de MWh competitivo, de R\$ 67, ante R\$ 300 de outras fontes. Não precisariam mais", argumenta Rufino. Não por acaso, os encargos, que representavam 7% do MWh em 2001, passaram a comprometer mais de 20% em 2016, segundo a Aneel.

Desarranjos

Além disso, a implementação de políticas públicas populistas, como a Medida Provisória 579, que reduziu a tarifa à força no curto prazo para reeleger a ex-presidente Dilma Rousseff, provocou um desarranjo sem precedentes no setor elétrico. A desestruturação vem sendo resolvida à base de empréstimos, ações da Justiça e indenizações, tudo pago pelos consumidores.

D'Araújo calcula que a tarifa média, que chegou a R\$ 457,02 o MWh em 2017, custaria pouco mais de R\$ 300 se tivesse sido reajustada pelo IPCA. "Nem a reforma que o atual governo quer fazer no marco regulatório vai resolver, porque tanto a venda da Eletrobrás como a proposta para o GFS (Generation

Scaling Factor) vão recair na tarifa. Estamos pagando erros em sequência, de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e, agora, Temer”, opinou.

O erro é estrutural, segundo o diretor do Ilumina, porque o modelo brasileiro foi uma adaptação do inglês e, em vez de ser feito com base na potência das usinas, é contabilizado por capacidade específica. “A usina é contratada para entregar uma certa quantidade de energia. Se não consegue gerar, precisa comprar no mercado para ofertar”, explica. “Isso funciona nas térmicas, mas as hidráulicas dependem de condições climáticas. Se chove muito, recebem pouco pelo MWh. Na estiagem, precisam pagar três a quatro vezes mais para completar a garantia”, afirma.

Deficit

Além disso, os reservatórios garantem cada vez menos tempo de consumo. Atualmente, a reserva é para menos de 2 meses, alerta D’Araújo. Quando a situação fica crítica, são ligadas usinas térmicas que encarecem a fatura por meio das bandeiras tarifárias. Para piorar, a MP 579 reduziu a tarifa e retirou das usinas que aderiram ao sistema o pagamento do GFS. “As distribuidoras ficaram com o deficit, precisaram de empréstimos bancários que os consumidores vão pagar até 2021 na conta”, ressalta. As indenizações às transmissoras, também herança da MP 579, começaram a ser pagas no ano passado e se estenderão por oito anos.

Ao abrir a composição da tarifa da Companhia Energética de Brasília (CEB), a pedido do Correio, o diretor da Aneel mostra que apenas 19,3% são referentes ao negócio das distribuidoras, portanto, gerenciáveis pelas concessionárias. Os 80,7% restantes são da chamada parcela A, que engloba encargos, transmissão e o custo da energia. “Só os encargos representaram 19,5%. Um absurdo”, sentencia. Os custos de transmissão da CEB comprometeram 10,6% da tarifa, com participação no reajuste da empresa de 8,08% — mais de 5% para pagar as indenizações da MP 579.

A empresária Paula Sarmiento, de 38 anos, diz gastar cerca de R\$ 2,5 mil só com a energia do seu estabelecimento. “Na época mais drástica (de bandeira tarifária vermelha), a fatura passou de R\$ 3 mil”, conta. Com as chuvas, a projeção dela é de um alívio no bolso. “Espero que, agora, com os reservatórios mais cheios, o valor seja mais justo, porque o que eu pago é surreal!”, critica.

Apesar da dificuldade, Paula nunca ficou inadimplente. Já o empresário Felipe Vasconcelos, 26, dono de um bar no Cruzeiro, herdou dívidas do antigo proprietário. “O valor deve estar em torno de R\$ 8 mil”, revela. Vasconcelos tenta renegociar com a CEB. “Me informaram que, para quitar a dívida, eu

precisaria pagar 30% de entrada e dividir o resto. Mas, não consigo fazer isso sem o antigo proprietário”, lamenta o empresário, que paga R\$ 1 mil por mês.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

MME / ASCOM .